

Lista A - candidata à Comissão Coordenadora Distrital de Lisboa – biénio 2020-2022

1	Mariana Mortágua	Lisboa
2	Isabel Pires	Lisboa
3	Paulo Sousa	Odivelas
4	Beatriz Dias	Lisboa
5	Fabian Figueiredo	Loures
6	Tânia Russo	Sintra
7	Pedro Pisco	Torres Vedras
8	Bruno Góis	Sintra
9	Sónia Pedro	Alenquer
10	Berta Alves	Cascais
11	Marco Marques	Lisboa
12	Helena figueiredo	Lisboa
13	Deolinda Martin	Amadora
14	João Fernandes	Vila Franca de Xira
15	David Ferreira	Oeiras
16	Sara Goulart	Lisboa
17	André Julião	Loures
18	Sara Simões	Odivelas
19	Juca Silva	Sintra
20	Belandina Vaz	Mafra
21	Ana Feijão	Lisboa
22	Firmino Amendoeira	Azambuja
23	Rita Sarrico	Loures
24	Nélson Calheiros	Cascais
25	Irina Pampim	Amadora

Suplentes

Carlos Gonçalves	Loures
Afonso Filipe	Cascais
Ana Margarida Esteves	Lisboa
Vitor Pinheiro	Oeiras
Rui Ricardo	Alenquer
Ackssana da Silva	Amadora
Vitor Edmundo	Loures
Celina Santos	Sintra
Diogo Franco	Torres Vedras
Miguel Areosa Feio	Amadora
Paula Teixeira	Loures

Mandatário: Luís Leiria

Representante na MAE: Bruno Góis

Um Bloco mobilizado para vencer a crise no distrito de Lisboa

As atuais eleições para a Comissão Coordenadora Distrital de Lisboa decorrem num contexto muito particular, em que a atividade política precisa de ser reinventada, por consequência das limitações que a pandemia da Covid19 impõe, e num contexto social e económico marcado por uma crise tridimensional profunda.

A crise, que começou por ser de saúde pública, rapidamente se tornou social e económica. O desemprego, o isolamento e a perda de rendimentos intensificam todas as formas de exploração, exclusão e de discriminação, a que acrescem agora novas realidades. As ameaças do teletrabalho e do regresso das mulheres à esfera doméstica, com duplas e triplas jornadas de trabalho e cuidado, ou a guetização de comunidades racializadas, a pobreza e o isolamento dos idosos e idosas, são reais, e devem ser combatidas.

Vencer a crise e combater o conservadorismo que atenta contra direitos conquistados é, por isso, o maior e mais importante desafio que as e os aderentes do Bloco de Esquerda do distrito de Lisboa enfrentam.

Para responder ao momento em que vivemos, a Esquerda não pode cair na tentação de reivindicar o regresso ao “velho normal”, porque esse “normal” era a crise climática, a precariedade e a permanência de vastas bolsas de pobreza, incluindo entre quem trabalha, mas sobretudo entre crianças e pensionistas. A “geringonça” travou a degradação de direitos e rendimentos imposta pela Troika. As medidas entretanto tomadas não resolveram as fragilidades estruturais do país - como a precariedade e os baixos salários -, mas permitiram atingir níveis de pobreza e desigualdades historicamente baixos, enquanto o país recuperava o emprego.

As lições do passado não devem ser esquecidas, e o papel da Esquerda, e do Bloco de Esquerda, é o de construir uma resposta que rejeite a austeridade e que combata à crise pelo reforço dos direitos laborais, dos serviços públicos, do salário, que proteja as pensões de reforma e o investimento.

Só assim se evitará que sejam as mesmas e os mesmos de sempre a pagar a crise. Só assim o país conseguirá evitar as consequências das receitas austeritárias do passado: desemprego, precariedade, cortes nos apoios sociais, exclusão social, abandono escolar, emigração forçada, rendas sufocantes e despejos.

No país como no distrito de Lisboa, a crise será vencida se o sistema financeiro for colocada ao serviço do país, se protegemos o emprego e o salário, valorizarmos quem constrói os serviços públicos, reforçarmos os direitos do trabalho e o Estado Social, enfrentarmos a precariedade, em todas as dimensões da vida, prepararmos a transição ecológica, tornarmos pleno o direito à habitação e à educação e combatemos o racismo, a violência de género, o patriarcalismo, a

LGBTfobia, e a discriminação dos mais idosos e idosas (o idadismo). É esse o programa transformador do Bloco orienta a nossa ação.

Temos pela frente um ciclo eleitoral exigente. As eleições presidenciais colocam-nos o desafio de fazer da candidatura da Marisa Matias a referência de quem disputa uma resposta socialista e popular para o país, partindo da experiência de quem combate na linha da frente a crise em todas as suas dimensões. No horizonte temos ainda o ciclo eleitoral autárquico. O Bloco deve apresentar-se como alternativa nas vilas, cidades e municípios do distrito de Lisboa com programas fortes que mobilizem o poder local para a resposta à crise.

Esta lista candidata-se para um novo mandato assumindo uma continuidade com o trabalho que tem sido feito nos últimos anos, e que levou a um reforço da intervenção do Bloco de Esquerda no distrito de Lisboa. A lista atual apresenta uma presença em 10 concelhos do distrito, aliando a experiência militante à renovação, a militância sindical ao movimento estudantil, a intervenção autárquica na Área Metropolitana aos territórios de mais baixa densidade do nosso distrito.

A coesão na pluralidade e na representatividade é o mote de uma candidatura ampla que quer reforçar a intervenção do Bloco de Esquerda no distrito, apoiar o trabalho das concelhias, reforçar o movimento de quem se levanta contra a crise.

Apoiar a candidatura presidencial da Marisa Matias

Esta é uma lista de apoiantes da candidatura da Marisa Matias. A candidatura presidencial é por isso o primeiro combate eleitoral que a nova Comissão Coordenadora Distrital deve assumir de forma enérgica, empenhada e militante.

Sabemos que a candidatura presidencial é já hoje mais ampla que as fronteiras do Bloco de Esquerda. As centenas de apoios públicos que tem recebido e o entusiasmo genuíno que tem despertado sinalizam-no. E ainda bem que assim é. Estamos prontas e prontos para o desafio de ajudar a construir uma candidatura presidencial que se assuma como a porta-voz da esquerda portuguesa, das e dos que lutam todos os dias, que resistem ao medo e se mobilizam por um país mais justo e solidário, que enfrente todas as formas de exclusão e discriminação. Que assuma na presidência da República um papel central na defesa do Estado Social, dos direitos liberdades e garantias de todas as cidadãs e de todos os cidadãos e da paz.

Nas ruas e na internet, a Comissão Coordenadora Distrital de Lisboa deve assumir um papel central, em estreita articulação com todas as estruturas concelhias e núcleos, de dinamização local da candidatura da Marisa Matias.

O Bloco prepara para o desafio autárquico de 2021

Nas últimas eleições autárquicas o Bloco saiu reforçado no distrito de Lisboa, tendo eleito 3 vereadores, 22 deputados municipais e 65 membros das assembleias de freguesia. Nesse combate eleitoral, a distrital de Lisboa deu um contributo importante quer no apoio às concelhias existentes, quer no lançamento de candidaturas onde a organização local estava mais frágil. O trabalho feito desde então permite-nos agora enfrentar melhor os novos desafios.

Devemos agora aproveitar a experiência obtida nestes últimos anos para reforçar as nossas propostas para as autarquias do distrito, apostando em candidaturas fortes em cada concelho.

A coordenadora irá promover encontros de debate com todos os eleitos e aderentes, procurando fazer um balanço dos mandatos e debater as melhores propostas, nas áreas da precariedade, transportes públicos, habitação, água e saneamento, ambiente e educação, para apresentar nas próximas eleições.

No caminho até às eleições autárquicas a coordenadora continuará a acompanhar os autarcas do distrito e, numa altura em que crescem movimentos anti-democráticos, há que prosseguir o aprofundamento da democracia e participação cívica nas autarquias, os órgãos democráticos mais próximos dos cidadãos.

É necessário assegurar mecanismos de participação das cidadãs e dos cidadãos nas reuniões das suas Câmaras, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia e tornar estes órgãos mais transparentes. Caso se mantenham as reuniões à distância, por meios digitais, tal não pode ser um pretexto para limitar a participação cidadã.

Uma agenda distrital de contacto com a população

Nas últimas legislativas, no círculo de Lisboa, o Bloco elegeu três deputadas e dois deputados para a Assembleia da República. Os momentos de campanha e a agenda das concelhias têm permitido um contacto entre as deputadas e deputados e as organizações locais. Esse trabalho deve ser reforçado, com apoio da distrital, para continuar a prestar contas, debater e dar a conhecer as nossas propostas.

Mais que isso, é também importante para integrar e dar visibilidade a importantes lutas locais, como fizemos no apoio às trabalhadoras da Triumph, em Loures; como fizemos acompanhamos as reivindicações da população de Alhandra devido aos perigos de saúde provocados pela poluição da CIMPOR; como quando defendemos o alargamento da rede de metropolitano para Loures ao invés da má escolha feita pelo Governo, com o apoio do PS na Câmara de Lisboa, da linha circular; como continuamos a estar alertas para as dificuldades nos transportes públicos do distrito em tempo de pandemia; como fizemos no apoio aos moradores do Bairro 6 de Maio na Amadora; como quando estivemos presentes em todas as

manifestações contra o racismo; como quando estivemos em vários locais de trabalho ao longo dos anos em Vila Franca de Xira. Esse trabalho de visibilização das lutas e de articulação com o parlamento deve ser continuado, é o que permite fortalecer a organização e dar força às populações.

Ao longo do próximo mandato a coordenadora eleita terá uma agenda distrital de contacto com a população, e com as concelhias, através de iniciativas propostas por ambas as partes, mantendo a ligação com os e as deputadas eleitas na Assembleia da República. Os problemas de habitação e transportes são dos mais relevantes para a população deste distrito, permitindo um trabalho político local articulado entre as concelhias e ajudando a responder às necessidades mais urgentes das pessoas.

Também se avizinham debates políticos relevantes no campo dos direitos e do combate à discriminação, que deverão merecer a maior atenção da próxima coordenadora distrital.

Dinamizar a sede Distrital física e digital

A dinamização da sede distrital é uma intenção expressa pela coordenadora distrital desde o início do último mandato. Nesse sentido, a coordenadora cessante avançou com um grande investimento na infraestrutura do edifício que tornou este espaço mais confortável e reorganizou-o de modo a poder albergar diferentes iniciativas propostas pela distrital, pelas concelhias, pelas jovens do Bloco ou mesmo por grupos de aderentes.

Esta “nova” sede foi já o espaço de articulação e convívio de aderentes que se envolveram na campanha distrital para as eleições legislativas de 2019. No entanto, a pandemia provocada pela covid-19 condicionou, e condiciona ainda, o arranque de outro tipo de actividades regulares no espaço.

No momento em que vivemos, a existência de espaços seguros de encontro, convívio e partilha são essenciais para a acção política. A próxima coordenadora irá aproveitar a campanha para as eleições presidenciais para transformar a sede distrital num desses espaços seguros, onde é possível acolher militantes em torno da candidatura da Marisa Matias e de outras iniciativas. Ao mesmo tempo, vamos aprofundar a utilização dos meios digitais para aumentar o contacto entre militantes e o debate interno e externo, sem nunca dispensar as iniciativas presenciais.

Combate ao racismo e à exclusão social

Durante o ano de 2020 o mundo despertou para a urgência do combate ao racismo e à exclusão social. A pandemia só veio confirmar o que há muitos anos ativistas e líderes comunitários advertiram: a necessidade de implementação de políticas públicas ajustadas a cada realidade. A população residente nos bairros periféricos do distrito coabita quotidianamente com estes dois problemas sociais que parecem não ter fim à vista. Além disso, a actual crise terá maior impacto negativo nas comunidades mais afectadas pela covid-19.

As áreas mais afetadas pela situação de calamidade são onde residem as camadas da classe trabalhadora que não tiveram direito ao confinamento, para poder suportar o sector dos serviços e dos cuidados, que foi tão necessário para manter o país em funcionamento na luta contra o novo coronavírus.

Há quem lhes chame de invisíveis, tendo em conta o papel mais visível desempenhado pelos profissionais de saúde durante a pandemia, mas, olhando para o caos em que ficou o mundo, percebemos que foram essenciais para o bem-estar de todas e todos nós. O que muitos esquecem é que estas trabalhadoras dos serviços, das limpezas e dos cuidados, assim como alguns profissionais de saúde, residem nas periferias, onde têm de suportar longas jornadas nos transportes até aos seus locais de trabalho.

Se observarmos o perfil desta classe trabalhadora existem dimensões que se cruzam: as mulheres estão sobre-representadas, uma vez que a sociedade continua a relegar os sectores dos cuidados e das limpezas para o género feminino, também está patente a condição económica vulnerável, a maior parte destas pessoas recebe salários muito baixos e trabalha em condições precárias, por fim há o problema da habitação, parte significativa habita em locais inóspitos, propícios à propagação do vírus, além disso são na sua maioria pessoas racializadas. Todas estas variáveis analisadas em simultâneo ou de forma cruzada revelam que há uma parte significativa da população do distrito que fica fora das medidas que garantem dignidade laboral e social.

A próxima coordenadora propõe-se a construir uma agenda de combate anti-racista, com base num manifesto, que agregue as e os camaradas do distrito, e que se torne uma ferramenta essencial para trazer para o Bloco de Esquerda quem luta a nosso lado no combate ao racismo e à exclusão social.

Articular o trabalho entre concelhias em torno das prioridades de ação

Para além dos temas e lutas que, em cada concelho e freguesia, mobilizam as e os ativistas do Bloco de Esquerda, há três áreas de ação transversais a todo o território do distrito:

- Transportes públicos: defesa de uma rede de transportes públicos universal, acessível e de qualidade.
- Habitação: oferta de habitação condigna para todas e todos, a preços acessíveis, seja ela por mecanismos de oferta pública ou de controle de preços. Combate à especulação nas zonas mais pressionadas pelo turismo e pelo negócio do imobiliário.
- Trabalho e precariedade: defesa dos direitos laborais no distrito. Este trabalho passa, nomeadamente, pela continuação do acompanhamento de todas as denúncias feitas

através do site *despedimentos.pt*, que permite a identificação de situações concretas de abuso laboral.

Sabemos que o distrito é amplo e que comporta realidades muito diferentes. Os problemas habitacionais e de transportes vividos na Amadora ou em Sintra são radicalmente diferentes dos identificados em Torres Vedras ou Alenquer. A distrital deve ser capaz de articular as diferentes respostas locais, promovendo o diálogo e o trabalho conjunto, para que Bloco esteja munido de conhecimento e propostas coesas e concertadas, adequadas a todo o território.

Ao nível das desigualdades sociais, a crise pandémica tem sido reveladora dos riscos diferenciados no território do nosso distrito. Quando foi declarado estado de contingência para a Área Metropolitana de Lisboa, houve dezanove freguesias da Grande Lisboa que ficam em estado de calamidade. A densidade populacional, a precariedade da habitação, e as condições de trabalho destas populações expuseram-nas a um maior risco de contágio. É também nestas zonas, que devido à precariedade geral da vida, a extrema-direita aposta para procurar capitalizar a legítima revolta das pessoas da periferia.

Ao mesmo tempo, as zonas mais afastadas da Área Metropolitana de Lisboa, mais rurais e menos densamente povoadas, são mais vulneráveis ao efeito do encerramento das pequenas e médias empresas, ou dos principais empregadores locais, arrastando famílias inteiras para uma situação de crise. A construção de uma estratégia global para o melhoramento das condições de habitação, de trabalho e de vida é um objetivo crucial para o combate à crise e para o fortalecimento de uma esquerda popular e socialista.

Contando que apenas nove dos 16 concelhos do distrito de Lisboa pertencem a Área Metropolitana de Lisboa, é necessário que a próxima coordenadora distrital promova uma agenda que inclua e articule todos os concelhos do distrito e as suas organizações locais. Para isso, devemos trabalhar em políticas integradas inter-concelhos, apresentando propostas na Área Metropolitana de Lisboa, na Comunidade Intermunicipal do Oeste e na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. Estas estruturas territoriais têm responsabilidades em áreas importantes com a gestão de alguns serviços públicos locais e a captação de investimento público comunitário, pelo que a distrital de Lisboa deve apoiar a articulação entre as organizações concelhias do distrito de Lisboa com as organizações correspondentes dos distritos vizinhos que integram as mesmas comunidades intermunicipais.